

CLIPPING IMPRESSO

22/06/2022



INDICE

1. FOLHA DE SÃO PAULO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CNJ.....	4 - 5
3. JORNAL EXTRA	
3.1. DECISÕES.....	6
3.2. PRESIDÊNCIA.....	7 - 9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. INSTITUCIONAL.....	10
4.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	11 - 12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	13 - 16
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	17 - 18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	19
7.2. CEMULHER.....	20
7.3. INSTITUCIONAL.....	21 - 22
7.4. PRESIDÊNCIA.....	23 - 27

Mais de 300 juízes receberam acima de R\$ 100 mil ao menos uma vez em 2022

Valores acima do teto são permitidos porque uma série de verbas não está sujeita ao limite

Lucas Marchesini

BRASÍLIA Pelo menos 353 juízes receberam mais de R\$ 100 mil em pelo menos um mês ao longo de 2022.

As informações estão no portal mantido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com os pagamentos feitos aos 17,9 mil juízes, desembargadores e ministros de cortes superiores do Judiciário.

Mas nem todos os tribunais, mandam informações ao conselho, e há casos em que a última atualização de dados ocorreu em abril de 2021.

Juízes estão entre os servidores públicos com os maiores salários no funcionalismo, pois a remuneração é vinculada ao vencimento de ministros do Supremo Tribunal Federal, hoje em R\$ 39,2 mil. O salário dos integrantes do STF é o teto da administração pública.

Apesar disso, não é incomum magistrados receberem acima desse limite. Isso porque uma série de valores não entram no cálculo do teto, como verbas de férias e gratificações, como a natalina ou por exercício cumulativo de cargos, e jetons (remuneração por participação em conselhos), entre outras.

Os três juízes que, no Brasil, receberam os maiores contracheques embolsaram, de uma vez, valores que vão de R\$ 432 mil a mais de R\$ 700 mil.

Os demais 350, segundo apurou a Folha, receberam, em ao menos um mês, entre R\$ 100,04 mil e R\$ 279 mil.

Neste ano, o magistrado que mais recebeu de uma vez só foi a ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Morgana de Almeida Richa: quase R\$ 733 mil em abril. O valor foi pago pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 9ª Região, no Paraná.

A assessoria de imprensa do TST disse que isso ocorreu porque, para assumir o cargo de ministra da corte, em dezembro de 2021, Morgana foi exonerada do TRT-PR, “auferindo em 2022 as parcelas decorrentes de lei, inclusive a indenização de vários períodos de férias que não foram usufruídos durante o período trabalhado no tribunal regional”.

Em 2022, o tribunal que mais aparece com juízes recebendo acima de R\$ 100 mil em um único pagamento é o TJ-GO (Tribunal de Justiça de Goiás). Dos dez maiores contracheques, três são de juízes do TJ goiano: Sebastião José da Silva, João Divino Sousa e Stefane Machado, que receberam entre R\$ 193 mil e R\$ 210 mil somente em maio deste ano.

De acordo com o TJ-GO, vários fatores levaram aos paga-

mentos acima de R\$ 100 mil.

“São subsídios, gratificação de acúmulo de unidades, auxílios legais, 13º salário, indenização de dez dias de férias, adicional constitucional de um terço de férias, abono de permanência e direitos ou créditos reconhecidos judicialmente em razão de pagamento salarial de período anterior realizado a menor [quando há uma decisão dizendo que o salário não foi pago completamente no passado]”, listou o tribunal sobre os valores pagos aos três juízes.

No caso de Sebastião José da Silva, entram também valores do acerto financeiro por aposentadoria. “Assim, o valor da remuneração dos magistrados deste Tribunal de Justiça conta com total respaldo constitucional e legal”, concluiu a assessoria.

A aposentadoria de magistrados é uma das razões levantadas pelos tribunais para justificar contracheques que superam R\$ 400 mil.

O segundo lugar na lista entre os juízes no Brasil que mais receberam neste ano é o ex-desembargador Francisco Ermel, que deixou o TRT da 9ª Região em março e recebeu R\$ 547 mil em “verbas correspondentes a seu desligamento definitivo, conforme determina a lei”, informou a assessoria de imprensa do tribunal. “O maior montante diz respeito a férias acumuladas e

não usufruídas”, acrescentou.

A terceira na lista nacional é a ex-desembargadora do TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) Sandra de Santis, com R\$ 432 mil recebidos de uma vez só. No caso, informou a assessoria do tribunal, as verbas correspondem ao “acerto de contas realizado por ocasião da aposentadoria”.

Contracheques de magistrados são divididos em quatro categorias pelo CNJ. Os subsídios correspondem ao salário mensal. Há os direitos pessoais, que englobam itens como abono permanência (incentivo a quem tem tempo de aposentadoria, mas segue trabalhando) e restituições de cobranças indevidas.

As indenizações incluem diversos auxílios, como o de alimentação e o de saúde. Já os direitos eventuais englobam valores referentes a férias, 13º salário e eventual jetom. Esses valores não entram no cálculo do teto salarial, assim como a ajuda de custo para mudança ou transporte, entre outras.

Em todos os 353 casos em que o valor recebido em algum mês superou R\$ 100 mil, a maior parte da soma é registrada pelo CNJ como valores eventuais, que não contam para o teto constitucional — no caso juíza do TST, que teve o maior contracheque do país, todo o valor está nessa rubrica.

“Nos últimos quatro anos de magistratura, [Morgana de Almeida Richa] exerceu, em se-

quência, dois cargos na administração do tribunal (1ª vice-presidente e 2ª vice-presidente), ficando impedida por quatro anos de gozar as férias a que teria direito”, disse o TST.

Mesmo com os altos salários, a categoria luta para que o Congresso aprove um projeto concedendo um reajuste automático a cada cinco anos, o que é conhecido como quinquênio. A proposta é aumentar o salário mensal em 5% a cada cinco anos, com um máximo de sete aumentos ao longo da carreira.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está pessoalmente empenhado na aprovação do quinquênio. Em maio, o parlamentar disse que a proposta “corrige injustiças” e que “é razoável” um aumento nos vencimentos por tempo de serviço.

O CNJ defende sua aprovação. De acordo com o presidente do STF, Luiz Fux, que também preside o CNJ, o pro-

jecto é uma oportunidade de reestruturação da carreira.

“Esta proposta, entre outros pontos, evitará que um juiz recém-empossado, por exemplo, receba o mesmo salário de um juiz com mais de 30 anos de exercício na magistratura”, disse, em nota, o CNJ.

“Além disso, a aprovação está condicionada à extinção de auxílios pagos pelos tribunais, também chamados de ‘penduricalhos’, com a proposta que limita ganhos acima do teto constitucional.”

A Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) também defende a aprovação da proposta, que, segundo a entidade, recompõe perdas inflacionárias que não foram repostas. Além disso, prossegue a associação, a medida também torna mais interessante a carreira de juiz, permitindo que a categoria rivalize com outros segmentos públicos e privados na atração de pessoal qualificado.



O presidente do STF, Luiz Fux, em reunião na sede da corte com líderes do Senado Rosinei Coutinho/STF

Pacheco propõe a Fux criar benefícios extras ao Judiciário

José Marques e
Renato Machado

BRASÍLIA Reunião de líderes do Senado com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, nesta terça (21), teve como assunto, entre outras questões, propostas que preveem criação de benefícios extras para a carreira de magistrados e do Ministério Público e limitação de supersalários para funcionários públicos.

Ambas as propostas são de interesse para os membros do Judiciário e alvo de forte pressão sobre o Congresso pelas entidades de classe que representam os magistrados.

Participaram do encontro com Fux o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outros 11 senadores, incluindo Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A visita vem sendo tratada como uma demonstração do presidente do Supremo de proximidade entre a Justiça e o Legislativo, para discutir a relação entre os dois Poderes.

Segundo Pacheco, Fux não fez qualquer reivindicação em relação às questões que envolvem o Judiciário, mas assistiu a uma exposição do presidente do Senado sobre o tema.

“Eu fiz um balanço das questões atinentes ao Poder Judiciário e uma delas, de fato, é a previsão que existe no Congresso Nacional da apreciação do projeto de lei que versa sobre verbas indenizatórias, o chamado extrateto, que contém aquela lógica de salários fora do padrão”, afirmou Pacheco a jornalistas à saída.

“E também da reestruturação da carreira [de magistrados e do Ministério Público] que está materializada na PEC 63. Mas foi uma fala minha dentro de uma proposta para o Judiciário brasileiro de algo equilibrado.”

O presidente do Senado disse que ainda não há uma definição do cronograma para a votação dos textos, mas considera que “é muito importante a votação de ambos”, porque permitirão uma “lógica justa” à remuneração da magistratura brasileira, mas também farão uma reestruturação de carreira que trará estímulos para que magistrados permaneçam nelas.



O valor da remuneração dos magistrados deste Tribunal de Justiça conta com total respaldo constitucional e legal

assessoria de imprensa do TJ-GO
por meio de nota



Nos últimos quatro anos de magistratura, [Morgana de Almeida Richa] exerceu, em sequência, dois cargos na administração do tribunal (1ª vice-presidente e 2ª vice-presidente), ficando impedida de gozar as férias a que teria direito

assessoria de imprensa do TST
por meio de nota

CNJ cria regras para realização de audiências virtuais no Judiciário

PÁGINA - 4

AÇÃO

CNJ cria regras para realização de audiências virtuais no Judiciário



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu hoje (21) estabelecer regras para a realização de videoconferências nas audiências judiciais em todo o país. A medida foi tomada após a intensa

utilização da modalidade para garantir o funcionamento dos serviços da Justiça durante a pandemia de covid-19.

Pela resolução, os juízes deverão realizar as audiências virtuais com

vestimentas adequadas, como terno ou toga. Durante a transmissão, deverão ser usados fundos de tela estáticos e adequados com a sala de audiência.

Além disso, todos os

profissionais que participam das audiências, incluindo promotores, advogados e membros do Ministério Público, deverão checar se as câmeras estão ligadas em locais adequados.

DESEMBARGADORA MANDA TRANÇAR AÇÃO DA REFORMA DE GINÁSIO CONTRA WEVERTON

A desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão, decretou na sexta-feira (17) o trancamento da ação penal contra o senador Weverton Rocha (PDT) que tramitava na 4ª Vara Criminal de São Luís.

Na decisão, a magistrada atendeu pedido da defesa do pedetista, e confirmou liminar que havia determinado a suspensão da ação penal em outubro do ano passado.

Weverton era acusado de crimes licitatórios e de peculato por supostas ilegalidades na reforma e ampliação do ginásio poliesportivo Costa Rodrigues, localizado no Centro de São Luís.

O contrato e o termo aditivo com a empresa Maresia Construtora, de quase R\$ 5,5 milhões em valores originais, foram assinados durante o governo do também pedetista Jackson Lago, já falecido. À época, o Weverton comandava a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude.

Para Graça Duarte, a acusação contra o



O SENADOR WEVERTON ROCHA É ACUSADO DE TER COMETIDO CRIME DE PECULATO E LICITATÓRIO DURANTE A REFORMA DO COSTA RODRIGUES

pedetista, que é pré-candidato ao Palácio dos Leões nas eleições de 2022, se baseava em derivação ilícita de provas que já haviam sido anuladas por determinação dela própria, confirmada pelas Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do TJ maranhense, em acórdão de 2015. Segundo entendimento do colegiado, houve ofensa ao direito de

defesa de Weverton.

A decisão já foi comunicada ao Ministério Público do Estado, que analisa se irá recorrer.

No parecer sobre o caso, a PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça) do Maranhão havia opinado que o acórdão mencionado não alcançava demais provas que teriam sido produzidas nos autos da investigação.

Contudo, de acordo com a desembargadora do TJ-MA, como tanto o inquérito policial quanto outros elementos eram derivados do mesmo relatório de auditoria anulado pela corte estadual, todas demais provas posteriores estariam "contaminadas".

Weverton Rocha sempre atribuiu as acusações à perseguição política.

LEI TRANSFORMA ALCÂNTARA EM MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO

O governador em exercício, desembargador Paulo Velten, sancionou a Lei 11.763/2022, originária do Projeto de Lei 141/2019, de autoria do deputado Arnaldo Melo (PP), que classifica Alcântara como município de interesse turístico.

Segundo a matéria de encaminhamento à Assembleia, Alcântara fica próximo à ilha de Cajual, um importante sítio arqueológico do Maranhão. Além disso, a festa do Divino Espírito Santo, realizada no município, tornou-se um

evento turístico. Durante a celebração, ocorre a distribuição em fartura de comida típica e bebida nas casas que recebem os visitantes e turistas.

No início da década de 1980, o município foi escolhido para sediar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Segundo os especialistas, a escolha do município se deu em razão de sua privilegiada posição geográfica (entre as baías de São Marcos e Cumã), o que permite um baixo custo de lançamento de foguetes por sua proximidade da linha do Equador.



Brandão acredita em alta nesta semana e tira nova licença

Na sua primeira entrevista após a cirurgia feita em São Paulo, para a retirada de um cisto no rim, o governador licenciado Carlos Brandão (PSB), na TV Mirante, anunciou que irá precisar prorrogar a sua licença por mais dez dias.

“Estou me sentindo muito bem. A cirurgia foi um sucesso. O pós-operatório depende de organismo para organismo. É um processo lento, mais do que doença é paciência como tem dito os médicos. Por conta disso, irei renovar minha licença”, destacou.

Carlos Brandão assegurou ainda que a decisão será dos médicos, mas que por vontade própria e disposição já estaria no Maranhão. O governador licenciado ressaltou também que é melhor fazer uma recuperação completa e segura, do que precisar voltar e internar novamente.

“Essa é a pergunta que eu mais recebo. Eu gostaria muito de responder e retornar o mais rápido possível. Eu estou na dependência dos médicos e desse dreno que coloquei. É uma resposta que eu ainda não posso dar, mas espero que seja esta semana. A cirurgia é uma cirurgia é simples. Existe um dreno e no geral a retirada depende de três a cinco dias e no meu caso está demorando um pouco mais. Eles estão utilizando uma medicação para que possam fechar o dreno e acelerar a recuperação. O pior é sair daqui nas carreiras e depois ter que voltar. A gente tem que cuidar primeiro da saúde e eu acho que o povo do Maranhão entende isso”, finalizou.

Durante a entrevista Brandão também confirmou que tem conversado com a equipe de governo e com o governador em exercício, desembargador Paulo Velten.

Governador interino veta porte de arma para atiradores no MA

O governador em exercício do Maranhão, desembargador Paulo Velten, vetou o Projeto de Lei 114/22, de autoria do deputado estadual Rildo Amaral (PP), que previa o reconhecimento do risco da atividade e a necessidade do porte de armas de fogo a atiradores desportivos integrante de entidades legalmente constituídas pela Lei Federal 10.826/2003 no estado.

Ao encaminhar o veto à Assembleia Legislativa, Velten destacou que legislar sobre materiais bélicos é competência privativa da União. Ele anexou ao veto decisão anterior do Superior Tribunal Federal (STF) negando o porte de arma a procuradores dos Estados do Ceará e do Rio de Janeiro.

PROBLEMA GRAVE

Ao comentar a aprovação da matéria, no início do mês, Rildo Amaral declarou que a proposição visava a resolver um problema considerado grave, que é o de atiradores desportivos não terem meios de defesa, no caso de serem atacados, nos deslocamentos que se fazem necessários em sua atividade.

Itens de veículos do TJMA são destinados à Cooperativa de Reciclagem



É comum veículos passarem por manutenções e consertos que resultam em itens descartados. Mas o que fazer com essas peças? O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, entregou 83 pneus e peças de metais referente às manutenções dos veículos pertencentes à frota do Tribunal à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COPRESL).

A destinação correta aconteceu no dia 17 de junho de 2022 e faz parte de uma ação conjunta desenvolvida pelas Divisões de Transporte e de Administração Patrimonial. A iniciativa reforça o compromisso do Judiciário maranhense pelo descarte seletivo, pelo meio ambiente e pela economia local.

Isso porque, em virtude da composição dos automóveis, diversos itens podem ser reutilizados ou reaproveitados. As peças de metais, por exemplo, podem ser reutilizadas ou podem se transformar em matéria-prima, ganhando uma nova função quando descartadas ecologicamente. A sucata ferrosa pode ser destinada à indústria siderúrgica e transformada em vergalhões.

Os pneus levam cerca de 600 anos para serem decompostos e se descartados de forma irregular representam um problema para saúde pública, pois servem como criadouro para mosquito *Aedes aegypti*. No entanto, por meio da reciclagem, eles podem ganhar uma cara nova e podem tornar-se pisos para quadras poliesportivas, pisos industriais, tapetes para automóveis, dentre outros.

**UMF e SEAP discutem
implantação
da Central de Vagas Prisionais**

Pag. 3

UMF e SEAP discutem implantação da Central de Vagas Prisionais

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre as instituições para implantação da Central está prevista para o dia 18 de julho.

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel, reuniu-se com o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, para dar continuidade às tratativas sobre a implantação da Central de Regulação de Vagas Prisionais, projeto-piloto desenvolvido no Maranhão com apoio do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre as instituições para implantação da Central está prevista para o dia 18 de julho. A medida objetiva organizar de forma permanente a ocupação nas unidades prisionais, garantindo ao Judiciário uma gestão qualificada dos fluxos de entrada e saída para evitar a superlotação nos estabelecimentos prisionais.

A reunião contou com a participação do juiz coordenador da UMF Douglas de Melo Martins; da coordenadora do Programa Fazendo Justiça no Maranhão, Cláudia Gouveia; da analista de Regulação de Vagas – Maranhão, Julia Faustina Abad; do coordenador executivo da UMF, Miguel Moyses; e do secretário adjunto de Modernização e Articulação Institucional (SEAP) Fredson



Pinheiro Maciel.

Na ocasião, as autoridades trataram sobre a organização e adequação das unidades prisionais para implantação da Central, como a possibilidade de realização de mutirões carcerários e forças-tarefa para reduzir o tempo para expedição de sentenças; realocação de internos entre as unidades do Estado e adoção de sistemas que forneçam informações com exatidão.

Os representantes da UMF pontuaram a solicitação de juízes e juízas atuantes na competência de execução penal para que sejam realiza-

das reuniões periódicas com representantes da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), para discutirem as principais questões em relação à organização e administração dos estabelecimentos prisionais, com a participação da UMF.

O desembargador Ronaldo Maciel e o secretário Murilo Andrade destacaram a necessidade de ações com o objetivo de reduzir a quantidade de presos provisórios no sistema prisional do Estado, principalmente em unidades prisionais do interior como as de Chapadinha e de Bacabal,

exigindo medidas como mutirões e forças-tarefa.

CENTRAL DE REGULAÇÃO VAGAS

A Central de Regulação de Vagas é uma ferramenta que opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízes com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízes competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena.

EM RECUPERAÇÃO

Roseana e Duarte testam positivo para a Covid-19

PÁGINA 3

EM RECUPERAÇÃO

Roseana e Duarte testam positivo para a Covid-19

SAMARTONY MARTINS

A ex-governadora Roseana Sarney (MDB) usou as redes sociais para informar que testou positivo para a Covid-19. Em sua postagem, ela afirmou que seguirá protocolos médicos até se recuperar, e que somente então deve retomar à sua rotina, pois a mesma está em plena pré-campanha para deputada federal nas eleições de 2022.



Roseana afirmou ter sentido alguns sintomas como febre, antes de decidir fazer o teste, que acabou confirmando a presença do vírus. A ex-governadora está em casa, em São Luís, em repouso e isolamento. “Olá, pessoal... amanheci febril, fiz o teste para Covid e, infelizmente, testei positivo. Estou bem, cumprindo as recomendações médicas, em isolamento e repouso”, escreveu no Instagram. A ex-governadora já tomou as quatro doses da vacina, disponibilizadas pelo Ministério da Saúde até o momento.

Vale lembrar que recentemente Roseana Sarney foi submetida a “uma pequena cirurgia” para a retirada de um fungo em São Paulo. Ela disse esperar estar recuperada em uma semana.



Quem também testou positivo para a Covid-19 foi o deputado estadual Duarte Júnior (PSB). O parlamentar anunciou no último domingo (19), nas redes sociais, que perdeu o nascimento do seu primeiro filho porque foi infectado pelo novo coronavírus pela segunda vez. Duarte Júnior relatou que passa bem e que está sem sintomas, e que fez um teste, um dia antes do nascimento do filho, que nasceu no domingo, e declarou que não pôde acompanhar o parto da esposa, Karen Barros, por conta de haver contraído o vírus. “Ontem, sem sintomas, fui diagnosticado com COVID. É a 2ª vez que este vírus me tira a oportunidade de viver momentos importantes da minha vida. Na eleição para a prefeitura, não pude votar em mim. Hoje, não pude acompanhar a minha esposa e testemunhar o nascimento do meu 1º filho”, comunicou o deputado

Solidariedade e recuperação de Carlos Brandão

Logo após a ex-governadora ter comunicado a infecção por Covid-19, o governador Carlos Brandão (PSB), que se recupera de uma cirurgia no estado de São Paulo, manifestou solidariedade e desejou plena recuperação à emedebista. “Desejo a você

pronta recuperação. Que Deus lhe abençoe. Forte abraço”, escreveu o governador. Brandão segue afastado do comando do Executivo. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, exerce a função de governador interino até o momento.

O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), encaminhou na última segunda-feira (20) a Assembleia Legislativa novo ofício estendendo por mais dez dias sua licença médica para tratamento de saúde. O afastamento, agora, vai até o dia 30 de junho.

Em entrevista ao jornalista Clóvis Cabalau, no quadro Bastidores, da TV Mirante, o governador Carlos Brandão afirmou que segue trabalhando à distância e acompanhando a gestão estadual que está a cargo do desembargador Paulo Velten, enquanto se recupera e aguarda a liberação pelos médicos “Estou acompanhando tudo daqui e conversando com os secretários, com a classe política. Começo a trabalhar às seis da manhã e termino meia-noite, dialogando todos os dias e dando continuidade às ações do Governo”, afirmou o governador Carlos Brandão, lembrando que as obras continuam sendo inauguradas em todas as regiões do Maranhão.

O governador foi submetido a um procedimento cirúrgico no dia 22 de maio, no hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, devido a um cisto renal nomeado “Bosniak IV”. Brandão ainda não tem data de alta definida pela equipe médica. “Eu gostaria de retornar o mais rápido possível, mas estou sob observação. Essa decisão é dos médicos. A saúde vem em primeiro lugar, e devo sair com essa situação totalmente resolvida para enfrentar uma gestão administrativa que é algo de extrema responsabilidade”, disse o Brandão.

BASTIDORES

Um juiz que governa

O que seria apenas uns cinco dias, já se foram 21 e não tem prazo para o governador em exercício, Desembargador Paulo Velten, deixar de despachar no Palácio dos Leões. Desde o dia 1º ele substituiu o governador Carlos Brandão, que se submeteu a uma cirurgia no aparelho renal e permanece à espera de recuperação plena em São Paulo para reassumir. Para Brandão é uma perda de tempo que atrapalha qualquer pré-candidato a governador, com pouco mais de 100 dias para as eleições. Mas é ganho na saúde para enfrentar a campanha. Já o Paulo Velten vive uma incrível experiência que nunca imaginou colocar em seu currículo.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Um juiz que governa

O que seria apenas uns cinco dias, já se foram 21 e não tem prazo para o governador em exercício, Desembargador Paulo Velten deixar de despachar no Palácio dos Leões. Desde o dia 1º ele substitui o governador Carlos Brandão, que se submeteu a uma cirurgia no aparelho renal e permanece à espera de recuperação plena em São Paulo, para reassumir. Para Brandão é uma perda de tempo que atrapalha qualquer pré-candidato a governador, com pouco mais de 100 dias para as eleições. Mas é ganho na saúde para enfrentar a campanha. Já o Paulo Velten vive uma incrível experiência que nunca imaginou colocar em seu currículo.

Enquanto a toga de presidente do TJ-MA permanecer pendurada no Palácio Clóvis Bevilacqua, Velten se desdobra para manter a agenda política, a mesma que seria do pré-candidato Carlos Brandão. Com o expediente sem hora para começar e para terminar, o desembargador-governador já percorreu boa parte dos municípios, mantém reuniões com secretários e políticos, ordena ações, cobra providências e conversa diariamente com Carlos Brandão, no modo remoto, informando-o do que se passa. Assim, Velten vai tocando o governo no ritmo de pré-campanha e com vontade de fazer.

Ao renunciar o governo em 31 de março para concorrer ao Senado, Flávio Dino deixou um conjunto de realizações para ser entregues e outras planejadas de curto prazo para conclusão ainda em 2022. Com a necessidade de fazer a cirurgia para a retirada um nódulo do rim, Brandão preferiu se livrar logo do problema, antes de a campanha eleitoral começar, a partir de 5 de agosto, quando encerra-se o prazo das convenções partidárias. Pode até demorar acima do tempo previsto, mas ele disse que vai sair de lá curado.

Para Paulo Velten, a intensidade da política no Poder Executivo não é nada comparável às sessões sistematizadas do Tribunal de Justiça, em cuja direção estava apenas há um mês. Ele é um advogado, que chegou ao Judiciário pelo quinto constitucional, mas tem o traquejo para o exercício da política. Velten é um estudioso do direito, com doutorado na ficha curricular e um articulador nato, com enorme respaldo no Poder que preside. Como governador está acumulando uma nova base de conhecimento da realidade maranhense, que jamais a teria apenas como magistrado.

TJMA e Administração Penitenciária discutem implantação da Central de Vagas Prisionais

Divulgação

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel, reuniu-se nesta segunda-feira (20/6), com o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, para dar continuidade às tratativas sobre a implantação da Central de Regulação de Vagas Prisionais, projeto-piloto desenvolvido no Maranhão com apoio do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre as instituições para implantação da Central está prevista para o dia 18 de julho. A medida objetiva organizar de forma permanente a ocupação nas unidades prisionais, garantindo ao Judiciário uma gestão qualificada dos fluxos de entrada e saída para evitar a superlotação nos estabelecimentos prisionais.

A reunião contou com a participação do juiz coordenador da UMF Douglas de Melo Martins; da coordenadora do Programa Fazendo Justiça no Maranhão, Cláudia Gouveia; da analista de Regulação de Vagas – Maranhão, Julia Faustina Abad; do coordenador executivo da UMF, Miguel Moyses; e do secretário adjunto de Modernização e Articulação Institucional (SEAP)



Fredson Pinheiro Maciel.

Na ocasião, as autoridades trataram sobre a organização e adequação das unidades prisionais para implantação da Central, como a possibilidade de realização de mutirões carcerários e forças-tarefa para reduzir o tempo para expedição de sentenças; realocação de internos entre as unidades do Estado e adoção de sistemas que forneçam informações com exatidão.

Os representantes da UMF pontuaram a solicitação de juízes e juízas atuantes na competência de execução penal para que sejam realizadas

reuniões periódicas com representantes da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), para discutirem as principais questões em relação à organização e administração dos estabelecimentos prisionais, com a participação da UMF.

O desembargador Ronaldo Maciel e o secretário Murilo Andrade destacaram a necessidade de ações com o objetivo de reduzir a quantidade de presos provisórios no sistema prisional do Estado, principalmente em unidades prisionais do interior como as de Chapadinha e de Bacabal, exigindo

medidas como mutirões e forças-tarefa.

CENTRAL DE REGULAÇÃO VAGAS - A Central de Regulação de Vagas é uma ferramenta que opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízes com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízes competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena. A atuação da Central de

Regulação de Vagas Penais abrange tanto as pessoas em cumprimento de pena quanto aquelas submetidas à prisão provisória.

A Central de Regulação de Vagas Penais poderá adotar ferramentas espaciais, como a certificação da capacidade máxima real de cada estabelecimento penal, a partir de levantamento in loco das celas e demais espaços carcerários; zoneamento penitenciário, para a demarcação de regiões geográficas que assegurem a proximidade entre o estabelecimento penal e a residência da pessoa presa, assim como do juízo de conhecimento, nos casos de prisão provisória; ferramentas eletrônicas, que permitam acessar informação em tempo real sobre o número de vagas e a taxa de ocupação desagregada conforme cada estabelecimento penal.

A Central poderá adotar ferramentas de atuação na porta de entrada, como lista de espera e vagas excedentes temporárias; ferramentas de atuação na porta de saída, como a remoção cautelar; transferência entre estabelecimentos penais: medida excepcional que deve observar os limites do zoneamento penitenciário, a consulta prévia à pessoa transferida e os demais termos da Resolução nº 404/2021 CNJ; ferramentas de atuação administrativa do Poder Judiciário, como mutirão carcerário, revisão periódica dos processos, audiências concentradas, entre outras. (*Juliana Mendes - Agência TJMA de Notícias*)



Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com ♦ contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO



***É comum veículos passarem por manutenções e consertos que resultam em itens descartados. Mas o que fazer com essas peças? O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, entregou 83 pneus e peças de metais referente às manutenções dos veículos pertencentes à frota do Tribunal à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COPRESL).

***A destinação correta aconteceu no dia 17 de junho de 2022 e faz parte de uma ação conjunta desenvolvida pelas Divisões de Transporte e de Administração Patrimonial. A iniciativa reforça o compromisso do Judiciário maranhense pelo descarte seletivo, pelo meio ambiente e pela economia local.



Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



“A ação terá o objetivo de visibilizar a memória e trajetória desta grande escritora e professora maranhense do século XIX, e sua contextualização com as histórias das mulheres que estão cumprindo pena ou medidas socioeducativas, numa dinâmica que objetiva promover o protagonismo feminino, o desenvolvimento de habilidades e a autoestima, cumprindo os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e a missão institucional do Comitê de Diversidade e da UMF”, pontua o coordenador do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano Ramos Fonseca.

A lideranças do Senado, Fux faz balanço à frente do STF e pede votação de propostas de interesse do Judiciário

GIL MARANHÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, cobrou nessa terça-feira (21), durante encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e um grupo de senadores, a votação de propostas de interesse do Judiciário que tramitam no Congresso Nacional. No encontro, que marcou a iminente saída de Fux da presidência da Corte, o ministro fez um balanço dos trabalhos na condução do STF nos últimos dois anos. Pacheco foi acompanhado de lideranças no Senado: os senadores Davi Alcolumbre (União-AP), Weverton (PDT-MA), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Nilda Gondim (MDB-PB), Nelsinho Trad (PSD-MS), Paulo Rocha

(PT-PA), Álvaro Dias (Podemos-PR), Marcelo Castro (MDB-PI), Eduardo Gomes (PL-TO), Eliane Nogueira (PP-PI) e Izalci Lucas (PSDB-DF) “O encontro foi muito amistoso, símbolo da harmonia entre o STF e o Senado Federal”, avaliou Pacheco. “Nos propusemos a manter esse diálogo permanente, que considero fundamental para a democracia brasileira”, emendou o presidente do Senado. Na reunião, foram tratadas questões relacionadas ao Poder Judiciário, como Projeto de Lei 2721/2021 (que foi aprovado na Câmara dos Deputados, em julho do ano passado como PL 6726/21) que versa sobre as verbas indenizatórias

– o chamado extra teto. A proposta em si regulamenta quais tipos de pagamentos podem ficar de fora do teto do funcionalismo público. O novo Código Eleitoral (PLP 112/21), é outra proposta que interessa ao Judiciário. A proposição consolida toda a legislação eleitoral e temas de resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Senado, no entanto, deve votar somente depois das eleições.

PL DO EXTRATETO

Outra matéria de interesse do Judiciários é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que reestrutura as carreiras do Judiciário e que acabaria com os supersalários. A proposta aguarda inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com origem

na Câmara, entre outras iniciativas, estabelece a volta do quinquênio a juízes e procuradores: um reajuste de 5% no salário, a cada cinco anos de trabalho. A iniciativa pode provocar um custo bilionário aos cofres públicos. Pacheco disse que não vê ambiente no Senado para discutir PEC para revisão das decisões judiciais do STF. “Temos de ter respeito para as iniciativas de parlamentares. Para isso, que deputados e senadores estão no Congresso e é natural que isso aconteça. Mas eu considero, e externei isso também, que qualquer tipo de instrumento, que faça com que decisões judiciais possam ser revistas por outro Poder, é algo que parece ser inconstitucional”.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF



Presidente do STF, Luiz Fux, recebeu líderes do Senado Federal em um café da manhã e fez balanço dos trabalhos à frente da Corte, nos dois últimos anos

Bayma Araújo assume a presidência do Tribunal de Justiça do estado



O desembargador Bayma Araújo assume, nesta quarta-feira, o comando do TJMA

O desembargador decano Antônio Fernando Bayma Araújo assume, nesta quarta-feira (22), o comando do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Com o presidente Paulo Velten ocupando interinamente o governo do estado, devido ao afastamento do governador Carlos Brandão, o TJMA estava sendo comandado pelo vice-presidente Ricardo Duailibe, que entrou de férias nessa terça-feira (21).

PÁG.2

Bayma Araújo assume a presidência do Tribunal de Justiça do estado

O desembargador decano Antônio Fernando Bayma Araújo assume, nesta quarta-feira (22), o comando do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Com o presidente Paulo Velten ocupando interinamente o governo do estado, devido ao afastamento do governador Carlos Brandão, o TJMA estava sendo comandado pelo vice-presidente Ricardo Duailibe, que entrou de férias nessa terça-feira (21). Como o segundo vice-presidente, Marcelino Ewerton, está representado o tribunal num evento fora do Maranhão, a missão de dirigir o judiciário será confiada, a partir de amanhã, ao desembargador Bayma Araújo.

DIVULGAÇÃO



O desembargador Bayma Araújo assume, nesta quarta-feira, o comando do TJMA

AGENDA EM BACABEIRA

Paulo Velten inaugura Restaurante Popular, Farol do Saber e vistoria obras

NAEL REIS



O governador em exercício, Paulo Velten, junto com secretários, visita Bacabeira

Em Bacabeira, durante agenda nesta terça-feira (21), o governador em exercício, Paulo Velten, inaugurou uma unidade da rede de Restaurante Popular, que é a maior do Brasil e um marco da política pública de segurança alimentar do país. O município ganhou ainda a nova biblioteca Farol do Saber Itevaldo Oliveira Costa. A comitiva de governo também vistoriou obras de pavimentação asfáltica e entregou 300 cestas de alimentos e três toneladas de pescado.

PÁG.9

Bacabeira ganha Restaurante Popular, Farol do Saber e vistoria em obras

NAEL REIS

Em Bacabeira, durante agenda nessa terça-feira (21), o governo do Estado inaugurou uma unidade da rede de Restaurante Popular, que é a maior do Brasil e um marco da política pública de segurança alimentar do país. O município ganhou ainda a nova biblioteca Farol do Saber Itervaldo Oliveira Costa. A comitiva de governo também vistoriou obras de pavimentação asfáltica e entregou 300 cestas de alimentos e três toneladas de pescado.

O Restaurante Popular irá servir refeições no almoço e jantar, pelo valor simbólico de R\$ 1,00, funcionando de segunda a sexta-feira. A alimentação é preparada com orientação de equipe de nutricionistas. Este é o equipamento de número 113 do governo do Maranhão. Já a rede de bibliotecas Farol do Saber é um equipamento educacional de incentivo à leitura e cultura que democratiza o acesso da população maranhense ao livro. Além do espaço para ler, oferece ainda oficinas, promove eventos com intuito de potencializar e disseminar o hábito da leitura. “É uma alegria singular



Governador em exercício, Paulo Velten, entrega obra em Bacabeira

estar na inauguração deste Restaurante Popular, do Farol do Saber e das várias ações para Bacabeira. O Governo tem feito um trabalho extraordinário com obras importantes e implementando as políticas públicas que o cidadão precisa. É um governo que mostra que preza e tem compromisso com a sociedade”, pontuou o governador em exercício,

Paulo Velten. O secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, destacou que para o povo isso o restaurante representa segurança alimentar. “É a oportunidade de garantir acesso ao alimento a quem mais precisa, um alimento saudável e pelo valor simbólico de um real, que se soma às demais obras garantidas ao município”, informou Sebastião Madeira.

A prefeita Fernanda Gonçalo agradeceu a parceria do governo do Maranhão e o atendimento às demandas do município. “Estamos muito felizes por termos sido prontamente atendidos. O Governo tem sido um grande parceiro e sempre presente, o nosso governador Carlos Brandão, que é de muito tempo. Portanto, só temos a agradecer esse compromisso com a nossa cidade”, frisou.

Informe JP

Após licença renovada de Brandão, Paulo Velten reafirma compromisso com a agenda executiva do Governo

O governador em exercício, desembargador Paulo Velten, presidente licenciado do Tribunal de Justiça, em entrevista concedida a uma emissora local, ratificou seu compromisso em dar continuidade às demandas relativas à agenda de entregas e reuniões governamentais.

“Os maranhenses precisam saber que o trabalho não para. São políticas públicas que devem ser implementadas e o cidadão que está na ponta não pode ficar desassistido. Me cabe aqui dar essa continuidade. As obras seguem sem nenhuma alteração e comandadas pela equipe técnica formada pelo governador Carlos Brandão, uma equipe altamente capacitada que se reúne comigo diariamente para repassar os processos”.

Com relação às especulações acerca da saúde do governador Carlos Brandão, Velten foi veemente ao afirmar que não se deve especular sobre as condições físicas de ninguém.

“O estado de saúde do governador Brandão é algo que merece respeito, ele está num processo de recuperação que depende da reação do organismo, isso é completamente natural”.

Instituições fortes

Ao final da entrevista, Paulo Velten foi questionado sobre os desafios à frente do Poder Executivo. “Avalio como uma oportunidade de ampliar os horizontes. Estou tendo a chance de conhecer os desafios de governar sempre muito bem assistido pelas equipes técnicas das secretarias. Quero ressaltar que o Maranhão tem instituições fortes e em funcionamento, independentemente de qualquer situação, e com maturidade para seguirem em harmonia”.